

## COM MINHA MÃE EM CAMPO: VALORIZANDO A PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA COLABORATIVA

SP.10: Experiencias de comunicación y diálogos en las antropologías latinoamericanas: posicionamientos, prácticas e interlocutores

### Ponentes

Nombre	Pertenencia Institucional
José Rolfran de Souza Tavares	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## introdução

a carga emocional que suporto para descrever as experiências aqui textualizadas é tão densa que me fez prorrogar a escrita desse texto por anos. isso porque a trazer é falar sobre a maneira confortável que encontrei para contribuir com a ciência, mais especificamente a antropologia (área a qual dedico minha produção acadêmica). chegar nesse modo me custou um longo período de dedicação para compreender quem quero ser ao usar minha energia vital para produção de um trabalho, o que só foi possível graças a boas referências que tenho em diversos grupos nos quais estou inserido, inclusive minha família.

esse relato de campo é meu primeiro esforço para trazer por extenso um conjunto de estratégias metodológicas que apliquei na minha dissertação, realizadas com o objetivo de fazer uma aproximação agradável e comprometida com as mulheres com quem trabalhei, elas eram sujeitos que maternavam jovens negros e tiveram um de seus tutelados assassinados, todas residentes na área de bairros periféricos onde resido, que fica localizado na cidade de parnamirim/rn, região metropolitana de natal/rn.

naquele trabalho meu interesse era compreender as noções de segurança pública delas e suas articulações para salvar os filhos. eu imaginava que provocar o diálogo sobre esse assunto poderia gerar um grande desconforto emocional, pois estaria as convidando para oralizar experiências cortadas pela perda de um parente que estava sob seus cuidados e da possibilidade de algo semelhante ocorrer com os demais com o mesmo perfil. meu imperativo ético então era como produzir minha pesquisa sem inflamar possíveis sofrimentos, compreendi que uma das alternativas era deixar que alguém legitimada para acessar determinados conteúdos das vivências delas pudesse mediar nossos contatos, já que minhas reflexões sobre as dinâmicas socioculturais locais me levavam a crer que, incluindo alguém que oferecia uma escuta previamente lida como empática, provavelmente isso faria dos nossos encontros um momento de acolhimento. essas considerações me impulsionaram a convidar minha mãe (francisca) a compor o trabalho de campo, visto que ela maternava jovens negros nessa localidade a mais de uma década, além de participar de comunidades religiosas que algumas daquelas mulheres também faziam parte e de as encontrar frequentemente nos percursos ou instituições onde buscavam atendimento para os cuidados a si e sua parentela, espaços e momentos nos quais elas já tinham dialogado sobre as temáticas com as quais trabalhei.

apesar de na época da produção da dissertação não ter conseguido fazer a relação dessa estratégia metodológica com os apontamentos de hill collins (2016), hoje noto o quanto a reflexão daquela intelectual sobre a sociologia praticada por mulheres negras estadunidenses foi pertinente para que pensasse sobre maneiras de fazer antropologia considerando as potencialidades que carrego na minha vivência tanto na academia quanto fora dela, haja vista que o convite para minha mãe me auxiliar em campo é fruto dessa junção. no trabalho citado, collins discorre sobre como pesquisadoras com a trajetória de inserção em espaços não acadêmicos, as quais ela usa o termo “outsider”<sup>1</sup>, podem contribuir com a área da sociologia ao se inserirem no campo de signos considerando as particularidades que trazem, tornando-se “outsider within”<sup>2</sup>, sujeitos que, em esforços criativos de elaborações complementares, escolhem relacionar universos sociais que no ocidente são vistos como contraditórios invés de amputar alguma das partes, iniciativa que permite a construção de alternativas para produção de uma ciência mais inclusiva e acessível, conseqüentemente visibilizando a diversidade sociológica. nas palavras dela “a abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento” (collins, 2016, p. 123).

apesar de comumente as/os comentadoras/comentadores da minha dissertação ou dos artigos decorrentes dela recorrentemente destacarem certa inovação devido francisca ter feito campo comigo, através da bibliografia que acessei sabia que a inclusão de familiares nos trabalhos das ciências sociais já vinha ocorrendo a certo tempo. um exemplo de pesquisa onde há essa ocorrência é o livro de luiz duarte e edlaine gomes (2008), onde, antes de apresentarem o trabalho que sua parentela é parte dos sujeitos, ele e ela defendem a possibilidade de atuação junto de parentes e/ou análise do próprio contexto familiar da/do cientista social. o autor e a autora fazem isso citando dois nomes consolidados na área (pierre bourdieu e lila abu-lughod) que já haviam assumido que contaram com a ajuda de parentes na pesquisa de campo (duarte e gomes, 2008, p. 34).

além disso, sempre que tenho a oportunidade de apresentar esse elemento da minha produção para uma plateia mais ampla de antropólogas/antropólogos frequentemente há alguém que realizou, realiza ou pretende realizar algo semelhante. no entanto, essas/esses pesquisadoras/pesquisadores costumam relatar que se sentiram ou sentem desencorajadas/desencorajados a assumir tal estratégia, as vezes pontuando que ficavam ou ficam receosas/receosos disso prejudicar o rigor cobrado para produção do conhecimento científico. também tive essa

aflição, ela foi superada tanto pelo apoio que tive da minha orientadora (angela facundo) e das bancas avaliadoras da dissertação quanto devido a reflexão que elaborei ao articular as críticas de james clifford (2002) e lila abu-lughod (2018) referentes a produção antropológica. por mas que aqueles artigos sejam confrontativos, observei que havia a possibilidade de usar as proposições dele e dela de maneira complementar.

ao propor a construção de textos polifônicos (onde uma pluralidade de vozes, nem sempre consonantes, são textualizadas), clifford discute o uso do material etnográfico feito por victor turner, pois na leitura dele o antropólogo, mesmo trazendo elementos inovadores, teria empobrecido a fala de seus principais colegas de campo (muchona e windson) para manter certa coerência e com isso a autoridade etnográfica, visto que concentrou sua narrativa no colaborador (muchona) que mais se aproximava da sua posição (clifford, 2002, p. 51-54). com esse apontamento, o teórico me elucidou que era necessário vocalizar as colaborações que tive no meu campo, sendo francisca uma delas. como se verá ao longo do texto, muitas vezes ela conduziu a pesquisa por lugares que ainda não esperava que ela fosse, ou seja, anular a existência dela ou rebaixar sua contribuição ao textualizar minha dissertação seria uma desonestidade prejudicial ao rigor da produção do conhecimento científico.

como já citado, para atingir essa compreensão também costurei os apontamentos de abu-lughod (2018), já que ela, ao afirmar que a antropologia no ocidente hegemonicamente se baseia no entendimento do outro como distinto através de realces da diferença (produzindo assim generalizações e exotizações), indica que o fazer dessa ciência deve se fundamentar em atitudes que contribuam para produções que não essencializem as relações dos grupos estudados. nesse sentido estar com minha mãe em campo era uma tentativa de estranhar meu cotidiano sem perder os componentes que me geram identificação com meu trabalho e os vínculos previamente estabelecidos, com isso almejei fazer antropologia valorizando o potencial do comum e acessível, para assim poder localizar de forma singela as singularidades do que era pesquisado sem o tornar distante da/do leitor/leitora. como se verá nos próximos trechos, isso exigia bastante criteriosidade, pois fazer ciência com informações tão rotineiras me demandava bastante objetividade para estabelecer os limites do quê e como acessaria as informações que julgava pertinentes para a dissertação, além de necessitar sempre estar sensível para fazer autocríticas sobre minhas possibilidades de atuação junto a minha vizinhança e familiares (em especial francisca), visto que muitas vezes querer não é poder, mesmo quando o desejado parece algo muito próximo.

## **fazer antropologia na colaboração com outrem**

na pós-graduação as etnografias que mais me chamavam a atenção eram aquelas que foram produzidas a partir da relação recíproca de ajuda, onde a/o pesquisadora/pesquisador buscava construir uma compreensão sobre seu objeto de estudo se dispondo a contribuir com demandas cotidianas das/dos sujeitos com quem trabalhava. devido à proximidade das temáticas abordadas, o trabalho de camila robottom (2018) foi a referência que mais me apeguei. em sua tese a antropóloga acompanha e dar suporte a uma mulher residente em uma ocupação no rio de janeiro/rj que dedicava maior parte do seu dia aos cuidados a sua família. pesquisas como a dela me evidenciaram a viabilidade de elaborações antropológicas a partir da colaboração e não apenas da interlocução, algo que na época não conseguia saber exatamente a genealogia, mas que notava que era consolidado na corrente de pensamento a qual estava me vinculando.

minha orientadora me estimulava a investir nesse modelo de produção, inclusive exemplificando com suas experiências de campo, lendo sua tese compreendo que fazia isso porque teve uma atuação semelhante junto as pessoas com quem trabalhou (facundo, 2014). meu professor na disciplina de seminário de pesquisa (paulo victor lopes), que também compôs a minha qualificação e defesa de dissertação, foi outro entusiasta, assim como adriana vianna, convidada externa das minhas bancas no mestrado. essa professora já havia orientado tanto a angela facundo quanto o paulo victor lopes no doutorado, ela também consta como uma das avaliadoras da tese de camila robottom. um dos pontos de afinidade que identifico entre nós é o interesse de fazer antropologia na ação de se abrir a outrem esperando gentilmente que ela/ele também queira se abrir, assim viabilizando o acesso as informações com as quais desejamos trabalhar. é a essa postura que nomeio como produção antropológica colaborativa. aprendi posteriormente – lendo vianna (2020) – que essa característica presente nos nossos trabalhos devia muito a veena das, que em suas pesquisas defendeu que o papel público da antropologia é “testemunhar a descida ao cotidiano que permite que vítimas e sobreviventes afirmem a possibilidade da vida” (vianna, 2020, p. 4), devendo por isso ser “o corpo do texto antropológico como aquele que recusa cumplicidade com a violência ao se abrir à dor do outro” (vianna, 2020, p. 9 *apud* das, 2020a, p. 268).

acrescentaria que para termos essa abertura a outrem necessitamos saber do contexto em que essas pessoas estão inseridas e com essa noção avaliar a estratégia mais adequada para viabilizar as interações, evitando atitudes que, por mas bem-intencionadas que se desejem, sejam invasivas, pois faz parte da ação de estar aberto ser atento ao que estar sendo demandado e quais limites estão estabelecidos para manutenção de uma relação agradável. em outras palavras, para produzirmos de maneira colaborativa precisamos de uma sensibilidade contextualizada, inclusive sendo flexível para notar que podemos nos enganar quanto ao solicitado ou a cumplicidade que achávamos que tínhamos com nossas/nossos colaboradoras/colaboradores, além de as vezes a relação simplesmente mudar. tais questões exigem cálculos relacionais complexos, acredito que por isso é frequente que antropólogas/antropólogos interessadas/interessados em pesquisas colaborativas demandem a ajuda de alguém que tenha um bom tato social no grupo onde ela/ele fará o seu trabalho, como já se sabe, no meu caso a principal especialista a quem recorri foi francisca. dedicarei o próximo tópico para falar sobre como as habilidades de minha mãe foram instrumentalizadas por mim para produzir antropologia colaborativamente junto a cada uma das mulheres com quem trabalhei.

### **apontamentos de francisca para atuação em campo com mulheres que maternam em contexto de violência urbana e precariedade**

esse relato está concentrado nas minhas experiências de campo com minha mãe, porém ela não ajudou somente nessa fase da pesquisa. francisca também me assessorou na produção dos instrumentos que usaria junto as minhas colaboradoras e dialogava comigo ao final de cada dia de trabalho sobre o que vivenciávamos, contribuindo assim para as interpretações que construí sobre minhas observações. devido a isso a nomeei na dissertação como coautora. um dos pontos mais significativos que minha mãe me ofereceu na elaboração de instrumentos para o campo foi o pedido para modificação sobre a indagação quanto ao perfil racial dos filhos das mulheres com quem trabalhava, orientação ocorrida no momento em que produzia um questionário que seria aplicado a elas.

francisca me alertou a usar expressões mais acessíveis e que reduzissem a possibilidade de constrangimentos, pois caso perguntasse se alguém se reivindicava racialmente como sendo negro/negra ou tendo familiares

negros/negras podía ser entendido como racismo, debido o acúmulo de discriminaciones que sujetos categorizados así sufren, en ese sentido, por más que en el lugar donde hacía campo algunas veces el término apareciera como alusión para alguien, podía sonar ofensivo preguntar si los/as “hijos/hijas” de una mujer eran negros/negras; para superar esa polémica, mamá me pidió para usar mis marcadores fenotípicos como referencia, ya que así las personas con quienes estuviéramos dialogando podrían establecer una gradación que me daría una noción sobre la racialidad de quienes ellas querían referirse, con expresiones como: “igual a usted”, “más clarito que usted” o “más oscuro”; fue de esa forma que definimos la pregunta para el cuestionario como: esas personas tienen el color parecido con el mío?

yo tenía el acúmulo teórico para entender la complejidad de la identificación racial en Brasil, visto que a través de autores/autoras como Kabengele Munanga (2003), Abdias Nascimento (2016), Florestan Fernandes (1979), Jessé Souza (2017), Lélia González (1984), Lilia Shwarcz (2012) y Giralda Seyferth (1996, 2002) ya había aprendido que ocurrió un proceso de blanqueamiento en el país con el objetivo de hacer que las personas no se entendieran como negras, siendo propagado que el éxito nacional dependía de la eliminación de las razas no-blancas, por eso los/as brasileños/as fueron estimulados/as a construir familias blancas o que tendieran a aclarar para alcanzar el triunfo personal. Por esa razón podría ser ultrajante cuestionar a alguien que posiblemente no reflexionó sobre el blanqueamiento respecto a la negritud de su familia, todavía esa era una pregunta fundamental para mi investigación, por eso tenía que encontrar la manera adecuada de hacerla. El comentario de Francisca no solo viabilizó la manera apropiada de realizar la pregunta, sino también permitió que yo situara mi cuerpo en campo, presentando la proximidad de mis características físicas con las de los hijos de mis colaboradoras, conduciéndome a una mayor apertura intersubjetiva con ellas.

en campo nos encontramos con personas que estaban en diferentes estados psicoemocionales, lo que nos demandaba diferentes abordajes, en la mayoría de los momentos Francisca protagonizó la reflexión sobre qué debería ser la calibración para el contacto. Ella era minuciosa no solo con las expresiones orales y corporales de las mujeres, sino también con los elementos que componían el escenario de sus residencias. La colaboradora que más identificamos expresando angustia por la muerte del tutelado durante nuestros primeros contactos fue Lurdes, ella siempre lloraba al recordar el asesinato del hermano adoptivo que crió como hijo mayor, casi siempre hablando conmigo manteniendo la mirada baja y el rostro concentrado en su alianza, accesorio que ella llevaba rodando

no dedo com o auxílio da outra mão.

nos poucos momentos em que ela levantava a cabeça, quase sempre ela olhava para Francisca e não para mim. em uma dessas vezes Lurdes proferiu a frase: “irmã, você é mãe, sabe como dói, eu lembro que quando mataram o filho daquela irmã lá da rua da frente eu agarrava ela e chorava a tarde quase inteira”. aquela afirmação me parecia confiar na existência de uma essência para a maternidade que conseguiria produzir empatia entre as mães, pois legitimava a dor sentida apontando que qualquer mãe deveria saber a intensidade do que ela sente quando visse o sofrimento dela por ter perdido alguém que considerava um filho. na dissertação pontuei que entendia essa convicção como estando apoiada no idealismo “marianista” (Montecino, 2017), o qual Sonia Montecino ensina que foi um artifício colonial elaborado para conformar papéis de gênero nas sociedades latino-americanas, através dele a maternidade fundamentada no cuidado irrestrito aos filhos e no sofrimento, caso algo acontecesse a eles, foi mitificada como sendo uma condição feminina. além disso, fazendo menção a alguém da vizinhança que também teve um tutelado morto Lurdes evocava que os riscos da violência urbana poderia deixar outras mulheres em uma situação como a dela, inclusive minha mãe. a frase assim como a maneira de vivenciar o território contribuíram para que Francisca e Lurdes, naquele momento, sintonizassem uma frequência de desconforto psicoemocional que aparentava ser diferente da que eu estava experienciando, entendi que o olhar de uma para outra fazia mais sentido do que pra mim porque elas conseguiam se conectar com pujança.

meses depois, ao retornarmos a casa de Lurdes, Francisca percebeu que ela tinha feito da área de entrada da casa, lugar onde nos recebia, um espaço de comercialização de produtos de higiene pessoal, instalando prateleiras onde eram expostas algumas colônias. mãe me pediu para comprar um dos artigos, não compreendi o motivo naquele momento, visto que não estávamos precisando daquela mercadoria e sabíamos de um outro lugar perto da nossa residência onde era vendido o mesmo item mais barato, porém, através de uma troca de olhares percebi que existia um objetivo que posteriormente me seria revelado, por isso comprei. no caminho de volta para nossa casa, Francisca me lembrou que nos nossos primeiros contatos Lurdes não nos falava sobre projetos para o futuro e sempre dava a entender que estava insegura quanto a continuidade das atividades que exercia, o que nos deixava preocupada/preocupado com a saúde mental dela, por essa razão quando mãe viu que ela tinha organizado um espaço de venda em casa percebeu que aquilo poderia sinalizar uma melhora, logo na sua lógica comprar a colônia com aquela colaboradora era uma maneira de a “estimular” nesse possível processo de cura.

esse tipo de conexão estabelecida entre francisca e lurdes foi semelhante a que houve entre ela e todas as demais mulheres que colaboraram com a pesquisa, esse elo tinha como traço marcante o compartilhamento da dor por vivenciar situações degradantes no exercício da maternagem no território em que fiz campo, por isso acredito que o conceito de “dororidade” proposto por vilma piedade (2017) caberia bem ao vínculo que as unia. entretanto cabe destacar que na dissertação também observei que a “dororidade” podia ser aplicada à ligação de francisca com uma colaboradora (diana) que passava por uma situação penosa decorrente da rotulação dela como abjeta, que ocorria porque os comportamentos dela eram julgados pelas pessoas da nossa região como desviantes (becker, 2008, p. 30)<sup>3</sup>.

no período em que fiz campo, diana morava sozinha com o filho mais novo, o mais velho tinha sido assassinado há por volta de um ano. após a morte do tutelado, diana passou por uma terapia medicamentosa que tirou a possibilidade dela reagir como habitualmente a determinadas situações, relatando inclusive que quase havia sido atropelada por estar “andando e dormi no meio da rua”. ao observar os riscos desse tratamento, ela deixou de confiar nos serviços de saúde mental do município, inclusive no que concerne ao atendimento psicológico, segundo ela, apesar das/dos profissionais da psicologia não serem habilitados/habilitadas a receitar medicações, “o psicólogo passa pra o psiquiatra e ele me entope de remédios”. para lidar com os desconfortos emocionais diana nos informou que, ao fim do dia, bebia, assistia desenhos animados e chorava até dormir. aproveitando a leitura de gabriel feltran sobre o “ciclo de medicalização da pobreza” (feltran, 2008, p. 160) que ele afirma ser recorrente nas classes populares, interpretei na dissertação que diana compreendeu esse processo, o julgou como desinteressante para sua vida e teve a ousadia de autogestionar seu sofrimento. no entanto, essa escolha a submetia a severas críticas na nossa comunidade, na percepção dela oriundas principalmente das “focas dos crentes” por a verem “quase todo dia com uma latinha de cana”.

quando diana proferiu esse relato, francisca a apoiou afirmando que “te julgam [as/os evangélicas/evangélicos] porque não sabem o que você passa”, entendi essa frase como uma demonstração de profunda empatia, pois minha mãe estava se contrapondo a uma atitude dos/das seus/suas irmãos/irmãs de fé para se solidarizar com as angústias que levavam diana a uma prática cotidiana que sob outras circunstâncias francisca também repudiava, algo que para mim só ocorria devido a “dororidade” que as conectava. nos nossos diálogos diana me chocava com sua crueza para lidar com as precariedades que identificava e a insuficiência das resoluções estatais que

supostamente existiam para elas, ela falava do que a desagradava de forma direta e cobrava assertivamente o que desejava, muitas vezes demandando apenas respeito pelo que havia definido como mais satisfatório para sobreviver a determinada situação. em nossa vizinhança ouvia recorrentemente que o jeito dela se comunicar era “grosseiro”, inclusive francisca chegou a me pedir paciência para lidar com possíveis respostas ríspidas que ela poderia nos dá em campo.

as interações com diana não me ofenderam em nenhum momento, mas houve uma conversa em que tive dificuldade de ficar fisicamente estável enquanto ela falava conosco. isso ocorreu quando diana me contava sobre as dificuldades de continuar lidando com as atividades rotineiras laborais e domésticas apesar dos sofrimentos que carregava. ela relatava aquilo me olhando nos olhos, com uma postura que projetava a cabeça em direção a mim, estava com o olhar fixo nela há algum tempo e a escutava como se só houvesse nós dois naquela sala, ela me relatava da tristeza de ter perdido o filho, trabalhar em dois empregos, organizar sua casa, não ter ajuda de nenhum familiar (inclusive do filho que morava com ela) e ser apontada como “louca” pela vizinhança, tudo dito com aquela voz rouca que ela tem e uma seriedade que parecia ser de alguém que entendeu que não tem opção além de continuar mesmo que as coisas sejam péssimas. estar tão concentrado naquela performance fez com que minha visão periférica começasse a escurecer, eu fui centrando o foco da minha vista cada vez mais somente no rosto de diana, até que ela falou “você sabe como isso dói?” e deu um goto seco, ficando calada depois. não sabia o que responder e comecei a sentir que meu corpo estava desfalecendo, parecia que estava perdendo as forças, então francisca falou “tenho uma garrafa de café que posso te dar” e subitamente meus sentidos foram reestabelecidos.

minha mãe havia falado dessa garrafa de café porque ao chegarmos na casa de diana ela informou que não podia nos oferecer café porque estava sem um recipiente para armazenar a bebida. na volta para casa perguntei a francisca qual era a razão dela ter interrompido minha conversa com diana para falar de algo tão aleatório, ela me falou que percebeu que eu “estava mudando de cor” e deduziu que eu poderia desmaiar, visto que “o assunto tava pesado demais”. por mas que na maior parte daquela interação nem estivesse tão atento a presença de francisca em campo, ela não parou de atuar, já que, mesmo em silêncio, estava sentindo a temperatura do contato que tinha com diana e atenta as minhas reações, decidindo intervir quando compreendeu que eu poderia estar no limite psíquico do que consigo suportar sem perder a consciência.

por outras motivações e de maneira diferente, francisca me auxiliou semelhantemente a desenvolver limites em campo com dona dores, uma colaboradora que me demandava frequentemente ajudas para resolver suas muitas limitações socioeconômicas. nos nossos primeiros contatos, dona dores morava com uma neta e o companheiro que estava com câncer de próstata em estágio terminal, porém tinha contatos diários com um filho que morava em uma casa conjugada com a sua, a esposa dele e a neta dela, além disso, quando alguma das demais filhas tinham algum problema financeiro ou matrimonial costumavam passar uma temporada em sua residência junto as/aos netas/netos, o que ocorreu algumas vezes quando estávamos fazendo campo. duarte e gomes (2008) mostram no seu trabalho como em bairros populares a casa do casal originário de um núcleo familiar é o espaço onde os membros de uma parentela buscam a coesão necessária para manter seus vínculos como grupo, na dissertação recorri a essa reflexão porque em partes isso me parecia coerente com o que observei ocorrendo no domicílio de dona dores. todavia, segundo os relatos daquela colaboradora nas vezes em que me solicitava alguma ajuda, a presença das/do filhas/filho e netas/netos não significava a contribuição para solução das demandas rotineiras da família, pelo contrário, elas/eles requeriam mais esforço dela para arcar com os custos financeiros e de cuidados que traziam consigo.

essa situação fazia com que dona dores ficasse por longos períodos em sua calçada conversando com quem passava sobre seus sofrimentos e demandando qualquer tipo de ajuda, eu e francisca fomos duas dessas pessoas. nas primeiras interações, achei que ao dar suporte a algum dos pedidos de dona dores ela ponderaria antes da próxima solicitação, pois estava habituado com essa relação com minhas demais colaboradoras, entretanto ela sempre me requiriria mais coisas após conseguirmos alguma alternativa para o pedido anterior. envolvi-me assim em uma teia de favores que não sabia exatamente como limitar, visto que quando dizia para ela que não podia fazer algo, ela parecia aceitar, mas demandava outra coisa e nos contatos seguintes requeria novamente o que já havia dito que não conseguiria fazer, aparentando ter esquecido da minha recusa.

principalmente por influência de francisca, desenvolvi uma ética de respeito a coletividade que me impulsiona a sentir que sou responsável em ajudar quando sei do sofrimento de outrem e tenho condições de oferecer algum suporte, pois se não faço isso, sou parte do problema. minha dificuldade em estabelecer limites com dona dores era devido a maioria das coisas que ela me solicitava serem possíveis que eu fizesse, mas a questão é que o volume das demandas estava tão alta que estava me exaurindo, esse dilema ético foi superado pela orientação de

francisca para eu “não dá corda”, já que ela achava um exagero o “pede, pede” de dona dores, isso me estimulou a evitar passar na rua daquela colaboradora e, mesmo que a escutasse educadamente quando nos encontrássemos, tentar a dar suporte mais pontualmente, não seguindo sua lista de demandas. provavelmente mãe desinstalou com facilidade esse gatilho em mim porque foi ela quem ativou.

mesmo com esse pedido de restrição as requisições de dona dores, francisca não deixou de a ajudar e me indicar em qual momento essa ajuda era indispensável. foi o caso de quando ocorreu nossa última entrevista com ela, ocasião em que dona dores falou muito sucintamente sobre as questões que envolviam os temas da pesquisa, devido concentrar a conversa sobre suas atuais dificuldades para ter segurança alimentar. na dissertação entendi que aquilo se explicava porque “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (pollak, 1992, p. 4), logo se a fome era o que a afligia naquele dia, não fazia sentido falar sobre qualquer outra coisa do passado, presente ou futuro. apenas escutamos o que ela tinha a dizer, ao final do encontro francisca me convidou para coletarmos alimentos na vizinhança e entregamos a ela o que conseguimos arrecadar.

mesmo considerando que francisca foi razoável em maior parte das atividades de campo, como qualquer pessoa que faça esse tipo de trabalho, nem sempre avaliei que ela estava conseguindo esse feito. até agora relatei apenas os momentos mais prestigiosos dela, mas romantizaria a atuação de minha mãe nesse processo se não comentasse que ela também teve atitudes que discordei. na dissertação nossas tensões estão mais bem transcritas, devido os limites desse texto, aqui trarei apenas a que achei mais significativa, a pressão que ela produziu sobre uma colaboradora (neguinha), no nosso primeiro contato, para centrar a conversa nos temas da pesquisa.

neguinha costumava ser simétrica tanto nos cuidados quanto na exposição sobre a maternagem dos dois filhos e quatro filhas, devido a isso nos nossos encontros ela nos dava informações de cada um/uma quase na mesma quantidade, sendo o momento que falava do filho assassinado o que costumava levar ela as lágrimas. no nosso primeiro contato, francisca tentou manter neguinha nos assuntos que envolviam a morte do seu familiar, fazendo perguntas que alongavam a exposição dela, todavia isso também aumentava o tempo em que a colaboradora chorava, observar essa situação me levou a tocar o braço de minha mãe, quando ela olhou para mim movimentei a cabeça levemente de um lado para o outro, fazendo o sinal de negação, o que a levou a suspender os questionamentos.

quando saímos da casa de neguinha, francisca me questionou do porque tinha a interrompido, já que ela estava conseguindo acessar mais informações mantendo a conversa na suposta direção da pesquisa, além de lembrar a ela da ética que escolhi adotar em campo para não aprofundar possíveis sofrimentos que as mulheres com quem trabalhei poderiam ter, a informei que na antropologia há acúmulos que me convenceram que fazer observação participante é muito mais sobre afinar os sentidos para vivenciar as relações do que produzir artificialmente a afetação que se deseja, permitindo se descobrir em campo no momento que estranha o que a gente tinha naturalizado no cotidiano e assim compreender as coisas necessárias para que aquele cenário social se desenvolva da maneira que está se efetivando. elaborei essa percepção cruzando as leituras de velho (1978, 2003) e favret-saada (2005), pois tinha uma formação que me permitia essa reflexão, francisca não, porém depois daquele diálogo ela teve sem ser por via daquelas leituras, visto que dali em diante ela adquiriu outra postura em campo para lidar com situações como as de neguinha, como foi o caso da entrevista com dona dores trazida acima.

espero que a essa altura do texto a/o leitor/leitória já tenha percebido que os conhecimentos de francisca, mesmo que antes de iniciar o campo não fossem tão próximos da formação acadêmica em antropologia, nunca foram tratados como menores, apenas como diferentes e adequados a dinâmica social das relações cotidianas dela. assinalo isso porque as leituras de paulo freire (1974) e boaventura de sousa santos (2007) já haviam me orientado sobre a importância de pôr em diálogo saberes distintos, pois assim seria viável a construção de conhecimentos satisfatórios tanto para acadêmicas/acadêmicos quanto para as comunidades onde elas/eles realizam suas pesquisas, além disso, como bem ensinou nilma lino gomes (2018) ao estudar o papel educativo do movimento negro na sociedade brasileira, sujeitos e movimentos sociais ao tencionarem com problemas impostos pela desigualdade a qual são submetidos também elaboram formas de pensar o mundo, trazendo com isso contribuições para superação do que as/os aflige.

falei até esse ponto sobre como a vivência de francisca como mulher que materna jovens negros na nossa região era primordial para dosar o contato com nossas colaboradoras, mas ela também foi fundamental como fonte de soluções para entraves que aquelas mulheres nos relatavam em campo e que eu conseguia visualizar alternativas principalmente através da minha perspectiva como funcionário de estado (tanto por ser um pesquisador que se formava em uma universidade pública, quanto por naquele período também atuar como orientador social na

secretaria de assistência social da capital do rio grande do norte), diferente dela que tinha uma experiência muito mais ligada a busca por benefícios e serviços públicos. esse foi o caso do contato que tivemos com jaciele.

na primeira vez que fomos a casa de jaciele nos deparamos com uma situação de moradia bem precária, pois sua residência era um espaço improvisado pelo pai dela para provisoriamente a acolher junto de seus dois filhos e companheiro, por isso era muito pequena e próxima de uma fossa séptica que estava transbordando, ela também era em uma rua com problemas de drenagem, o que a fazia ficar perto de grandes poças de lama. o pai tinha afeito aquele favor porque ela e o companheiro não estavam conseguindo arcar com os custos de subsistência da família, inclusive naquele primeiro contato nos deparamos com a luz da casa cortada, logo não pagar aluguel seria uma maneira de reduzir as despesas para que ela e ele pudessem se reorganizar. jaciele e o esposo eram vendedores de guloseimas, ela em uma parada de ônibus e ele nos transportes públicos, seus rendimentos tinham diminuído drasticamente devido as medidas de controle de circulação que haviam sido implementadas em 2020 (ano em que fazia campo) com o objetivo de frear as contaminações pelo coronavírus, que naquele ano geraram uma pandemia. grande parte dos recursos do casal eram destinados a medicação do filho mais velho, que, nas palavras de jaciele, “tem uma banda morta e sangra”.

ao saber daquelas informações, comuniquei jaciele dos serviços e benefícios públicos que sabia que a família dela poderia acessar via política de assistência social, descrevendo também o caminho burocrático das solicitações. todavia, após identificar alguns entraves, ela nos procurou novamente, ao ouvir os relatos, só conseguia a informar da possibilidade de judicializar o que ela estava lendo como negligência, solução que a submetia a outros processos demorados, o que a deixou visivelmente desagrada. francisca, percebendo a insuficiência da minha contribuição, começou a relatar então pessoas específicas em cada instituição onde jaciele poderia clamar pela desburocratização das suas demandas, quando observei isso, indaguei sobre o cargo das pessoas que ela estava mencionando, a maioria ela não sabia, mas nos disse que pouco importava, pois o relevante era saber quem estaria disposta/disposto a resolver. parecia coerente para mim, porém frustrante, visto que enquanto eu dava informações sobre serviços/benefícios públicos falando nomes de órgãos e funções, minha mãe apontava pessoas, com isso ela estava me mostrando na prática que o “sabe com quem tá falando?” (damatta, 1983)<sup>4</sup> era o que fazia os direitos sociais funcionarem no nosso contexto e que estava sendo legalistamente ingênuo de tentar seguir as regras. poucos meses depois daquela conversa, jaciele havia

conseguido uma residência em um programa habitacional público.

### considerações finais

como já mostrou bruno latour (2001), ao estudar a produção social da descoberta dos micróbios por pasteur, qualquer produto científico é fruto de um conjunto de interesses. acrescento que os interesses que estão a serviço do bem-estar coletivo é que podem ser considerados científicos, pois minha interpretação enquanto cientista é que qualquer outra ambição que fuja desse ideal não gera ciência, mas sim farsa, logo defendo que nossos estudos precisam ser úteis as pessoas e não a autopromoção, ao lucro ou como base de apoio colega, mesmo sabendo que as vezes alguma dessas coisas ou todas elas também podem ser vinculadas a produções que não têm como foco as capturar.

começo as considerações finais desse relato de campo com essa defesa porque é essa interpretação que me leva a considerar a produção antropológica colaborativa como um meio razoável de se fazer ciência na minha área e, como trazido ao longo do texto, essa ideia foi o que me levou até a reflexão de que fazer campo junto a minha mãe seria uma possibilidade interessante para executar minha pesquisa de mestrado. como se viu, nos recortes trazido sobre minhas interações com minhas colaboradoras, francisca foi fundamental para que me aproximasse das mulheres com quem trabalhei, entendesse suas demandas, estabelecesse limites confortáveis entre nós e oferecesse a melhor opção de suporte para o que elas me requeriam.

ao trazer essas informações a/o leitora/leitor pode pensar que durante o mestrado foi a primeira vez em que minha mãe contribuiu com minha formação acadêmica, entretanto aquela era só a experiência mais constante dela dando aporte nessa dimensão da minha vida. francisca, como a maioria das cuidadoras pobres da nossa região, sempre foi muito presente na minha educação escolar e acredito que naquele período tive o momento que determinou minha ida para universidade, algo até então inatingível para minha família (sou da primeira geração de pessoas que acessaram o ensino superior). ela era a responsável por oferecer suporte a mim e meus irmãos nas atividades escolares passadas para serem feitas em casa, comigo ela teve possibilidade de realizar essa função sem grandes dificuldades até o último ano do ensino fundamental i (5º ano), visto que a formação dela a permitia

lembrar dos conteúdos até essa etapa. o primeiro sofrimento mental que recorde que tive, relacionado a um processo educacional, foi naquele período, pois precisava responder a uma tarefa de matemática e minha mãe não sabia como ajudar, o que me levou a acordar delirando durante a noite. observando a gravidade daquilo, francisca me colocou em sua bicicleta e me levou até a casa de uma vizinha (que ela considerava como uma irmã <sup>5</sup>) que tinha retomado os estudos recentemente e cursava uma série mais avançada que a minha, ela me ensinou a solucionar uma das operações e consegui responder as demais. ao entregar o trabalho, a professora pediu para que respondesse no quadro, de frente para toda turma, já que nenhum de minhas/meus colegas haviam conseguido, quando viu minha desenvoltura, a professora ficou excepcionalmente feliz, aquilo me deixou com um orgulho sem precedentes, dali em diante adquiro gosto para me desafiar nas atividades escolares. até hoje, apesar de existirem momentos de frustração e desânimo, em maior parte do tempo sigo com esse entusiasmo, sei que nele há muita da força que me impulsionou a chegar até o doutorado, meu atual estágio de formação.

espero que ao ler o parágrafo acima a/o acadêmico/acadêmica tenha imaginado as influências, apoios e esforços que teve em seus círculos de convivência mais íntimos (como a família, amigos e vizinhança) e não acadêmicos para se tornarem a/o intelectual que são, pois acredito que a formação sempre tem essas múltiplas referências, apesar de sermos escolarizados para associar todas elas a apenas pessoas e lugares que são socialmente determinados como científicos. enquanto escrevia esse artigo, parei algumas vezes para ajudar francisca com suas lições de casa, exercícios passados por suas/seus professoras/professores do penúltimo ano do ensino médio, pois, depois que finalizamos o trabalho de campo, ela se interessou por retomar a educação escolar. um dos resultados do nosso trabalho no mestrado foi a dissertação, mas também é resultado tudo que conseguimos construir nos relacionando colaborativamente, inclusive o estímulo para mãe voltar a escola. trazendo esse relato de campo espero ter contribuído para um modelo de produção antropológica que valorize tudo que a/o antropóloga/antropólogo pode fazer se relacionando com quem contribui para que seu estudo seja feito.

## Notas de la ponencia:

1 Em tradução livre “De fora”.

2 Em tradução livre “De fora dentro”.

3 Em seu livro “Outsiders” Howard Becker (2008) aponta que “o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante” (BECKER, 2008, p. 30).

4 Roberto DaMatta naquele ensaio sustenta que, no Brasil, a personalidade do “sabe com quem tá falando?” é uma forma de burlar regras universalizantes e assegurar privilégios para alguns/algumas e impossibilidade de acesso a direitos para outros/outras.

5 Na dissertação refleti que isso ocorria porque os laços sanguíneos, matrimoniais, religiosos e/ou de afinidade fazem Francisca considerar muitas/muitos vizinhas/ vizinhos familiares ou “quase da família”. Noto que é principalmente a decisão por ajudar ou receber ajuda de alguém em um momento crítico que estabelece a fronteira decisiva para Francisca incluir ou excluir uma pessoa em sua parentela, todavia existe uma ideia de essência e artificialidade que timbra essas relações, onde são os vínculos consanguíneos o elemento que estabelece uma espécie de originalidade a quem pode ser considerado por ela parente ou não. Cabe pontuar que a percepção de parentesco que entendo que existia no meu campo se aproxima da compreensão de Sahlins (2013) de “mutualidade do ser” (tradução nossa) onde “os parentes são pessoas que participam intensamente da existência um do outro” (SAHLINS, 2013, n.p, tradução nossa).

## Bibliografía de la ponencia

referências bibliográficas:

abu-lughod, l. a escrita contra a cultura. natal: equatorial, v. 5, nº 8, jan/jun, 2018, p. 193- 226.

becker, h. outsiders: estudos de sociologia do desvio. rio de janeiro: jorge zahar, 2008.

clifford, j. sobre a autoridade etnográfica. in: james clifford. a experiência etnográfica: antropologia e literatura no século xx. rio de janeiro: edufrj, 2002. p. 17-62.

collins, p. *aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. revista sociedade e estado. vol. 31, n. 1, 2016.

damatta, roberto. você sabe quem está falando? um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no brasil. *carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. rio de janeiro: zahar, 1983.

duarte, l.; gomes, e. *três famílias*: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. rio de janeiro: fgv, 2008.

facundo, a. *êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do brasil*. rio de janeiro: papéis selvagens, 2017.

favret-saada, j. *ser afetado*. cadernos de campo, ano 14, n. 13. trad. paula siqueira. são paulo: usp, 2005.

feltran, g. *fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de são paulo*. campinas: ifch/unicamp, 2008.

fernandes, f. *o negro no mundo dos brancos*. petrópolis: vozes, 1979.

freire, p. *pedagogia do oprimido*. são paulo: paz e terra, 1974.

gomes, n. *o movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. petrópolis: vozes, 2018.

gonzalez, l. *racismo e sexismo na cultura brasileira*. revista ciências sociais hoje, anpocs, 1984, p. 223-244.

latour, b. “da fabricação à realidade: pasteur e seu fermento de ácido láctico” e “a historicidade das coisas: por onde andavam os micróbios antes de pasteur?”. in: latour, bruno. *a esperança de pandora: ensaios sobre a*

realidade dos estudos científicos. bauru: edusc, 2001, p. 133-200.

montecino, s. *madres y huachos: alegorías del mestizaje chileno*. santiago de chile: catalonia, 2017.

munanga, kabengele. *uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. palestra proferida no 3º seminário nacional relações raciais e educação- rio de janeiro: penesb, 2003.

nascimento, a. *o genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. são paulo: editora perspectiva, 2016.

piiedade, v. *dororidade*. são paulo: nós, 2017.

pollak, m. *memória e identidade social*. rio de janeiro: estudos históricos, 1992, vol.5, n. 10, p. 200-2012.

robottom, c. *tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de leonor e sua ética de combate*. rio de janeiro: uerj, 2018.

santos, b. *para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. novos estud. - cebrap, são paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

seyferth, g. *construindo a nação*: hierarquias e o papel do racismo na política de imigração e colonização. in: maio, m.c. & santos, r.v., orgs. *raça, ciência e sociedade*. rio de janeiro: editora fiocruz; ccbb, 1996, p. 41-58.

seyferth, g. *o beneplácito da desigualdade* – breve digressão sobre o racismo. in: *racismo no brasil*. são paulo: peirópolis; abong, 2002, p. 17-43.

sahlins, m. *what kinship is* – and is not. chicago: the university of chicago press, 2013.

shwarcz, l. *nem preto nem branco, muito pelo contrário*. são paulo: claro enigma, 2012.

souza, j. *a elite do atraso*: da escravidão à lava jato. são paulo: editora leya, 2017.

velho, g. *observando o familiar*. in: nunes, edson de oliveira (org.). *a aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. rio de janeiro: zahar editores, 1978, p. 36-46.

velho, g. *o desafio da proximidade*. in: velho, gilberto; kuschnir, karina (org.). *pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. rio de janeiro: jorge zahar ed, 2003. p. 11-19.

vianna, a. *vida, palavras e alguns outros traçados*: lendo veena das. *mana*, v.26, n.3, 2020, p. 1-20.